

lithoformas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2013

LITHO FORMAS PORTUGUESA - Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A. Sociedade Aberta

Contribuinte n.º 500 166 773

Sede Social: Rua D. Nuno Alvares Pereira – 2695 -745 São João da Talha

Capital Social: 2.500.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures

www.lithoformas.pt

Relatório de Gestão	3
Balanço individual em 31 de Dezembro de 2013 e 2012	5
Demonstração individual dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012	6
Demonstração individual dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012	7
Demonstração individual das alterações no capital próprio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.....	8
Anexo às demonstrações financeiras.....	9
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	11
3. Principais políticas contabilísticas	11
4. Fluxos de caixa	20
5. Partes Relacionadas	20
6. Activos fixos Intangíveis	21
7. Activos fixos tangíveis	21
8. Locações.....	23
9. Custos de Empréstimos Obtidos	24
10. Propriedade de investimento	24
11. Imparidade de activos	25
12. Inventários	25
13. Rédito	26
14. Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes.....	26
15. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	26
16. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	26
17. Acontecimentos Após a Data do Balanço	27
18. Imposto Sobre o Rendimento	27
19. Instrumentos Financeiros	29
20. Benefícios dos Empregados, Pessoas ao Serviço e Gastos com Pessoal.....	33
21. Outras divulgações.....	33
22. Participações financeiras	34
23. Adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber	34
24. Estado e outros entes públicos	34
25. Reservas legais e outras e excedentes de revalorização	34
26. Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	35
27. Diferimentos.....	35
28. Fornecimentos e serviços externos.....	35
29. Depreciações de activos	36
30. Variações de justo valor	36
31. Outros rendimentos e ganhos.....	36
32. Outros gastos e perdas	36
33. Resultado por acção.....	36
Composição dos Órgãos Sociais.....	37
Participações no Capital Social.....	38
Participações Qualificadas (artº 20 do C.V.M)	38
Certificação Legal de Contas	39
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	41
Extracto da acta de aprovação de contas.....	42

Relatório de Gestão

1. Enquadramento económico-financeiro

A melhoria global da economia europeia em geral, e da nacional em particular, permitiram encerrar o exercício de 2013 com um resultado melhor que o previsto. O crescimento do PIB Português em cadeia dos 2º, 3º e 4º trimestres, bem como o primeiro crescimento homólogo registado no último trimestre, são sinal dessa recuperação que foi também sentida no desenvolvimento dos negócios da empresa.

Um dos principais indicadores acompanhados e que descreve tendencialmente a evolução da área de negócio transaccional da empresa é o volume postal que voltou a cair em 2013. Os dados disponíveis do 1º semestre de 2013 indicam uma quebra homóloga de 7%, sugerindo uma redução anual superior, à imagem de anos anteriores.

2. Actividade

As vendas não só superaram o objectivo traçado para 2013 como ultrapassaram as do ano anterior, crescendo globalmente em aproximadamente 124 mil euros atingindo 6.455 mil euros. Do ponto de vista dos resultados, também foram superados os objectivos do orçamento obtendo um EBITDA superior a 706 mil euros e equivalendo a 11% das Vendas contra aproximadamente 233 mil do ano anterior.

O peso dos CMVMC desceu para aproximadamente 41,8% das vendas, bem como os FSE que atingiram sensivelmente 18,6% das Vendas.

Para estes resultados concorreram de forma geral todas as áreas de negócio da empresa, ainda que com diferentes níveis de qualidade. A área de Rótulos e Etiquetas consolidou-se como principal segmento de negócio e a área de suportes de comunicação transaccional voltou a cair, ainda que de forma menor do que o previsto. As restantes áreas de negócio cresceram ainda que de modo menos significativo.

Ainda assim o último trimestre teve um comportamento negativo contrariando o sinal positivo dos primeiros nove meses, facto aliás que já tinha acontecido nos anos anteriores e que iremos acomodar no orçamento de 2014.

Durante o ano de 2013 registou-se ainda um ligeiro crescimento do número de colaboradores, facto explicado pela necessidade de fazer face a algumas baixas e ao maior volume de produção registado, tendo encerrado o ano de 2013 com 91 colaboradores. Ainda assim os custos com o pessoal reduziram-se fruto das acções tomadas em exercícios anteriores, tendo representado 27,9% das Vendas comparativamente aos 31,2% do exercício anterior.

3. Investimento

Tal como reportado no exercício de 2012, ao ciclo de significativo investimento realizado em 2010-11 seguiu-se um ciclo 2012-13 com uma redução para níveis muito inferiores, totalizando em 2013 um valor superior a 180 mil euros, sendo a principal rubrica dedicada a obras de qualificação das instalações, seguindo-se os equipamentos de produção.

O ano de 2014 será um ano de transição sendo previsível um maior nível de investimento na medida em que a capacidade instalada se revele insuficiente para suprir o crescimento sustentado das vendas, nomeadamente de Rótulos e Etiquetas.

4. Conclusão

A melhoria dos resultados operada, bem como os sinais positivos, em particular relativos ao mercado interno, permitem-nos esperar um comportamento melhor no ano de 2014, expectativa já vertida em orçamento.

No final do ano de 2013 iniciou-se o Julgamento no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, tendo por objecto o recurso interposto pela litho formas e por outras empresas, contra a Decisão Final proferida pela Autoridade da Concorrência em Dezembro de 2012. É expectável que seja proferida uma decisão final, no dia 4 de Março de 2014, não sendo possível precisar nesta data o sentido da decisão.

A empresa não tem dívidas ao Estado nem à Segurança Social.

Agradecemos a todos os colaboradores e parceiros de negócio, sem os quais não teria sido possível atingir os resultados verificados, bem como a todos os membros do Conselho Fiscal.


5. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do Exercício de 2013, no valor de 27.156,11 euros, seja levado à conta de Reservas Legais o valor de 1.357,81 euros e a resultados transitados o valor de 25.798,30 euros.

A Administração



Miguel Nuno R. Marques Abranches Pinto

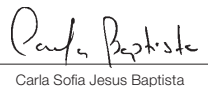


António Assis Nunes

Balço individual em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

ACTIVO	Notas	Exercício findo a 31/12/2013	Exercício findo a 31/12/2012
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	3.791.277,74	4.251.175,36
Propriedades de investimento	10	72.370,22	-
Activos intangíveis	6	33.592,96	32.387,01
Participações financeiras - outros métodos	22	20.000,00	20.000,00
Outros activos financeiros	19	2,94	-
		3.917.243,86	4.303.562,37
Activo corrente			
Inventários	12	679.870,07	678.945,47
Clientes	19	1.503.723,43	1.305.437,10
Adiantamentos a fornecedores	23	-	10.578,40
Estado e outros entes públicos	24	62.952,70	87.621,26
Outras contas a receber	23	36.684,52	42.026,96
Diferimentos	27	7.622,45	14.002,34
Activos financeiros detidos para negociação	19	10.473,99	127.419,80
Caixa e depósitos bancários	4	26.554,42	109.016,84
		2.327.881,58	2.375.048,17
Total do activo		6.245.125,44	6.678.610,54
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	19	2.500.000,00	2.500.000,00
Ações (quotas) próprias	19	(48.572,50)	(48.572,50)
Outros instrumentos de capital próprio	19	-	-
Prémios de emissão	19	-	-
Reservas legais	25	315.099,89	315.099,89
Outras reservas	25	909.595,69	909.595,69
Resultados transitados		(1.850.825,42)	(1.198.534,91)
Excedentes de revalorização	25	-	-
		1.825.297,66	2.477.588,17
Resultado líquido do período		27.156,11	(652.290,51)
Total do capital próprio		1.852.453,77	1.825.297,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	19	1.044.198,26	1.246.743,00
Passivos por impostos diferidos	18	441.704,98	474.719,40
		1.485.903,24	1.721.462,40
Passivo corrente			
Fornecedores	19	1.245.885,22	1.234.954,68
Adiantamentos de clientes	26	-	763,22
Estado e outros entes públicos	24	21.293,58	166.764,13
Accionistas/sócios	5	19.428,20	19.428,20
Financiamentos obtidos	19	1.159.041,84	1.430.940,00
Outras contas a pagar	26	269.479,59	270.361,15
Diferimentos	27	-	8.639,10
		2.906.768,43	3.131.850,48
Total do passivo		4.392.671,67	4.853.312,88
Total do capital próprio e do passivo		6.245.125,44	6.678.610,54

O Técnico Oficial de Contas


Carla Sofia Jesus Baptista

A Administração

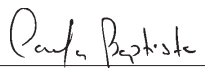

Miguel Nuno R. Marques Abranches Pinto


António Assis Nunes

Demonstração individual dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício findo a 31/12/2013	Exercício findo a 31/12/2012
Vendas e serviços prestados	13	6.455.003,73	6.331.021,47
Subsídios à exploração	15	-	6.759,60
Variação nos inventários da produção	12	(25.452,84)	69.442,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2.884.945,41)	(3.015.002,78)
Fornecimentos e serviços externos	28	(1.200.989,33)	(1.285.859,61)
Gastos com o pessoal	20	(1.801.344,35)	(1.974.383,96)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	12	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	19	(13.843,43)	(8.758,40)
Provisões (aumentos / reduções)	14	-	-
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Aumentos / reduções de justo valor	30	(15.078,51)	5.073,52
Outros rendimentos e ganhos	31	290.218,80	163.031,74
Outros gastos e perdas	32	(97.495,49)	(58.512,18)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		706.073,17	232.811,40
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	29	(578.736,27)	(776.815,77)
Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	11	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		127.336,90	(544.004,37)
Juros e rendimentos similares obtidos	9	1.620,83	17.034,56
Juros e gastos similares suportados	9	(126.013,54)	(135.766,77)
Resultado antes de impostos		2.944,19	(662.736,58)
Imposto sobre o rendimento do período	18	24.211,92	10.446,07
Resultado líquido do período		27.156,11	(652.290,51)
Resultado por acção básico	33	0,06	(1,34)

O Técnico Oficial de Contas




Carla Sofia Jesus Baptista

A Administração



Miguel Nuno R. Marques Abranches Pinto

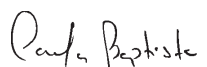


António Assis Nunes

Demonstração individual dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012


RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2013	Exercício findo a 31/12/2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		7.651.804,88	7.611.667,89
Pagamentos a fornecedores		(4.411.732,56)	(4.699.431,93)
Pagamentos ao pessoal		(1.861.873,30)	(2.016.391,76)
Caixa gerada pelas operações		<u>1.378.199,02</u>	<u>895.844,20</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(37.068,77)	(29.204,85)
Outros recebimentos/pagamentos		(734.988,11)	(681.055,17)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>606.142,14</u>	<u>185.584,18</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(132.381,07)	(88.704,18)
Investimentos financeiros		(2,94)	(132.829,69)
Outros activos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		7.252,15	582,16
Investimentos financeiros		99.685,82	1.121.651,22
Outros activos		-	-
Juros e rendimentos similares		743,08	787,77
Dividendos		877,75	15.997,59
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(23.825,21)</u>	<u>917.484,87</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2.594.375,17	2.443.000,00
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2.985.000,00)	(3.121.416,70)
Juros e gastos similares		(121.909,67)	(116.535,14)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento - rendas		(152.244,85)	(256.788,41)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>(664.779,35)</u>	<u>(1.051.740,25)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(82.462,42)	51.328,80
Caixa e seus equivalentes no início do período		109.016,84	57.688,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		26.554,42	109.016,84

O Técnico Oficial de Contas


Carla Sofia Jesus Baptista

A Administração


Miguel Nuno R. Marques Abranches Pinto


António Assis Nunes

Demonstração individual das alterações no capital próprio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa							
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 01/01/13	2.500.000,00	(48.572,50)	315.099,89	909.595,69	(1.198.534,91)	(652.290,51)	1.825.297,66	1.825.297,75
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	27.156,11	27.156,11	27.156,11
Resultado integral	-	-	-	-	-	27.156,11	27.156,11	27.156,11
Outras operações	-	-	-	-	(652.290,51)	27.156,11	-	-
Posição no fim do período 31/12/2012	2.500.000,00	(48.572,50)	315.099,89	909.595,69	(1.850.825,42)	27.156,11	1.852.453,77	1.852.453,77
Valor em balanço	2.500.000,00	(48.572,50)	315.099,89	909.595,69	(1.850.825,42)	27.156,11	1.852.453,77	1.852.453,77

Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa							
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 01/01/2012	2.500.000,00	(48.572,50)	315.099,89	909.595,69	(104.382,57)	(1.094.152,34)	2.477.588,17	2.477.588,17
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	(652.290,51)	(652.290,51)	(652.290,51)
Resultado integral	-	-	-	-	-	(652.290,51)	(652.290,51)	(652.290,51)
Outras operações	-	-	-	-	(1.094.152,34)	(1.094.152,34)	-	-
Posição no fim do período 31/12/2012	2.500.000,00	(48.572,50)	315.099,89	909.595,69	(1.198.534,82)	(652.290,51)	1.825.297,75	1.825.297,75
Valor em balanço	2.500.000,00	(48.572,50)	315.099,89	909.595,69	(1.198.534,91)	(652.290,51)	1.825.297,66	1.825.297,66

Anexo às demonstrações financeiras

1. Nota introdutória

A litho formas foi fundada em 1966 por um grupo de investidores com visão que apostaram na produção de um novo e revolucionário produto: formulário em papel contínuo para computador.

Inovação e Qualidade são duas características sempre associadas à litho formas e que a têm tornado numa referência da indústria gráfica em Portugal.

Ao longo da sua história, diversas tecnologias têm sido incorporadas no processo produtivo, permitindo oferecer uma gama de produtos alargada e com especificidades próprias.

Certificada desde 2006 segundo a norma ISO 9001, a litho formas é actualmente uma das maiores empresas gráficas nacionais e conta com cerca de uma centena de colaboradores.

Desde 1986 que a litho formas está instalada a cinco minutos de Lisboa, ocupando 30 000m² de terreno com uma área significativa de espaços verdes.

É a partir de São João da Talha, a poucos Km e com um excelente acesso a Lisboa, que a litho formas distribui os seus produtos para o mercado nacional e internacional onde já tem uma presença de relevo

Hoje em dia o papel das empresas no seu relacionamento institucional ultrapassa em muito o da mera transacção de produtos. Neste contexto a litho formas, orienta a sua missão com o propósito de criar valor às organizações suas parceiras de negócio, através da busca de soluções integradas de fornecimento de produtos. Consequentemente a nossa VISÃO ESTRATÉGICA é propor aos seus Clientes um serviço integrado de gestão dos seus produtos gráficos acrescentando valor através do desenvolvimento, concepção, produção, armazenagem e distribuição, estabelecendo parcerias com clientes de elevado potencial.

A litho formas desenvolve a sua actividade na área das Artes Gráficas, nomeadamente em:

Bilhética e controlo de acessos

A litho formas é líder nacional em soluções de bilhética e reconhecida internacionalmente pelos projectos desenvolvidos para grandes eventos desportivos.

A experiência da litho formas permite-lhe a produção do mais simples bilhete de parque ao bilhete mais complexo de elevada segurança para eventos desportivos e musicais como por exemplo o Euro 2004, 2008 ou o Rock in Rio.

Compatibilizando design com segurança, pela adoção de conceitos e soluções específicas é possível valorizar e diferenciar o impacto gráfico de um evento ou marca.

Comunicação e marketing

Toda a comunicação, mesmo a mais simples factura, pode ser vista como uma oportunidade de promoção e divulgação. Para dar resposta a esta exigência a Litho Formas presta serviços de desenvolvimento, personalização e envelopagem (printing & finishing) como suporte a campanhas de marketing directo e comunicação de Informação transaccional (facturas, extractos de conta e programas de fidelização).

Todo o processo é executado internamente assegurando qualidade, rapidez, eficácia e confidencialidade, conjugando as diversas valências na empresa:

- Aconselhamento técnico especializado,
- Desenvolvimento informático a partir da base de dados do cliente,
- Impressão gráfica dos suportes: papel, adicionais e envelopes
- Personalização dos dados variáveis
- Envelopagem e expedição

Indústria alimentar

A litho formas produz rótulos e etiquetas, qualquer que seja o suporte usado, auto-adesivo, papel ou filme, pesquisando e estudando os melhores suportes actualmente existentes no mercado, cumprindo todos os requisitos técnicos legalmente exigidos.

- Otimizamos a performance da sua linha de rotulagem, evitando paragens com o nosso Compromisso com a qualidade
- Para evitar quebras e desperdícios prestamos o Serviço de gestão de stocks.
- Controlamos a produção para minimizar existências de referências descontinuadas/obsoletas.
- A entrega é programada nos prazos combinados e na quantidade estritamente necessária.

Indústria química embaladora

A litho formas desenvolve e produz soluções de rotulagem dando resposta às necessidades de comunicação que actualmente exigem uma diferenciação crescente.

Assim desenvolvemos um esforço constante na pesquisa de novas soluções técnicas de produção de rótulos para garantir a valorização e o destaque no linear que o produto merece.

- Otimizamos a performance da sua linha de rotulagem, evitando paragens com o nosso Compromisso com a qualidade
- Para evitar quebras e desperdícios com obsolescência prestamos o Serviço de entrega programada nos prazos combinados e na quantidade estritamente necessária.

- Minimizando o risco de rutura de stock ou descontinuação de referências, gerimos o stock das referências consumidas.

Sector vinícola

Explorando as vantagens das diferentes tecnologias de impressão e de acabamento que detém, a litho formas organizou uma equipa de profissionais multidisciplinar para dar respostas às necessidades de rotulagem dos seus clientes sendo actualmente um produtor de rótulos reconhecido e autorizado pelas principais comissões vitivinícolas.

- Desde sets exclusivos de 250 exemplares para feiras de vinhos até produções massivas, oferecemos serviços à medida da necessidade do cliente.
- Para o diferenciar da concorrência, melhoramos o impacto visual do seu rótulo com inovadoras soluções de acabamento (estampagens; vernizes; relevos; cores especiais, serigrafia; papeis especiais).
- Otimizamos a performance da sua linha de rotulagem, evitando paragens
- Para evitar quebras e desperdícios com obsolescência prestamos o Serviço de entrega programada nos prazos combinados e na quantidade estritamente necessária.

A empresa opera em todo o Território Nacional e exporta, principalmente, para o mercado de Espanha e França e perspectivando entrar no mercado Alemão.

A moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para a emissão em 14/02/2013. De acordo com a legislação comercial em vigor, as contas emitidas são sujeitas a aprovação em Assembleia Geral .

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas nos termos do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) publicadas nos avisos do Ministério das Finanças números 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, respectivamente.

Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”)

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade e as Directrizes contabilísticas emitidas pelo CNC, as quais foram revogadas com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. Assim o exercício 2010 foi o primeiro exercício em que a Empresa adoptou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, continuando a aplicar as mesmas normas para o exercício de 2013.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, excepto no que respeita aos imóveis classificados como activos fixos tangíveis. As principais políticas contabilísticas adoptadas são apresentadas a seguir.

3.1.2 Outros activos intangíveis

Os activos intangíveis distintos do goodwill são registados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com actividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

É reconhecido um activo intangível gerado internamente resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projecto apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as condições previstas na NCRF 6. O montante inicialmente reconhecido do activo intangível gerado internamente consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições referidas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

As depreciações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis, excepto quando a vida útil é considerada indefinida. Os activos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo antes sujeitos as testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que possa estar em imparidade.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários activos intangíveis são revistos anualmente e ajustados quando apropriado. A informação sobre as vidas úteis estimadas dos activos intangíveis com vida útil finita encontra-se indicada na nota respectiva.

3.1.3 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Todos os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício e dos exercícios seguintes. A informação sobre as vidas úteis estimadas dos activos fixos tangíveis finita encontra-se indicada na nota respectiva.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.1.4 Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis excluindo goodwill

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Os activos intangíveis com uma vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, comparando a sua quantia escriturada com a sua quantia recuperável.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.5 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecido, como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.1.6 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada não através de do seu uso continuado mais sim através de uma venda. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições actuais. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que o Grupo retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

3.1.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Quando os serviços sejam desempenhados por um número indeterminado de actos durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha recta durante o período específico a menos que haja evidência de que um outro método represente melhor a fase de acabamento. Quando um acto específico seja muito mais significativo do que quaisquer outros actos, o reconhecimento do rédito é adiado até que o acto significativo seja executado.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa receber o correspondente montante.

3.1.8 Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

3.1.9 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e quando estiverem em curso as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.1.10 Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição relevante e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na

medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos relacionam-se com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.1.11 Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- i) Mercadorias e matérias-primas: As mercadorias e as matérias-primas encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.
- ii) Produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso: Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo de produção e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em custos operacionais.

3.1.12 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem: (i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado; (ii) é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e; (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as actividades correntes da Empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.1.13 Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais do instrumento.

Os activos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Investimentos em instrumentos de capital próprio

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, se aplicável.

Todos os activos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Clientes e outras contas a receber correntes

As dívidas de clientes e outras contas a receber correntes são registadas pelo respectivo valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas contas a receber não incluem qualquer efeito de desconto de juros por não se considerar material o impacto do desconto em créditos concedidos em prazos tão curtos.

As perdas de imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado demonstrando que:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- Se verificam atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- Se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Empréstimos bancários e outros passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos.

Os passivos remunerados são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor de reembolso e reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os passivos remunerados são classificados no passivo corrente, excepto se a empresa detém um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

Outros activos e passivos ao custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes activos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de activos financeiros).

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os activos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações do justo valor mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pela Empresa são classificados de acordo com a substância contratual da transacção e com a definição do passivo financeiro e instrumento de capital próprio.

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efectivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão.

Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital da propria entidade são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

3.1.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.1.15 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil dos activos tangíveis
- Imparidade das dívidas a receber
- Diferimentos
- Devedores e Credores por Acréscimos

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o montante inscrito como caixa e equivalentes de caixa no final do período são como apresentados abaixo.

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	68,35	119,79
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	26.486,07	108.897,05
	<u>26.554,42</u>	<u>109.016,84</u>

5. Partes Relacionadas

A empresa em 2013 continua com o empréstimo de 10.000 eur com um dos accionistas.

6. Activos fixos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de activos fixos Intangíveis em curso apresenta a seguinte composição.

Activos fixos intangíveis	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Valor bruto	50.387,01	-	-
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(16.794,05)	-	-
Quantia escriturada	33.592,96	-	-
Activos fixos intangíveis em curso	-	32.387,01	-
Quantia escriturada	-	32.387,01	-

Este valor refere-se a um processo de cedência contratual de uma encomenda muito importante para a empresa de um cliente, e que até à data de fecho ainda se encontrava em curso. O Activo Intangível começou a ser amortizado em 2013 e estima-se uma vida útil de 3 anos, o mesmo período de duração do contrato.

7. Activos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de activos fixos apresenta a seguinte composição.

Activos fixos tangíveis	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Valor bruto	14.650.493,87	16.913.074,63	17.392.431,49
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(10.859.216,13)	(12.661.899,27)	(12.544.828,40)
Quantia escriturada	3.791.277,74	4.251.175,36	4.847.603,09
Terrenos e recursos naturais	625.000,00	625.000,00	625.000,00
Edifícios e outras construções	1.500.705,81	1.650.127,89	1.727.179,75
Equipamento básico (modelo custo)	1.297.006,62	1.604.152,54	2.178.933,81
Equipamento de transporte (modelo custo)	49.753,24	80.935,84	44.334,90
Equipamento administrativo (modelo custo)	51.351,69	77.584,76	54.208,96
Outros activos fixos tangíveis (modelo custo)	207.626,84	166.411,33	185.989,11
Activos fixos tangíveis em curso	59.833,54	46.963,00	31.956,56
Quantia escriturada	3.791.277,74	4.251.175,36	4.847.603,09

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado abaixo.

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis e em curso	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2012	625.000,00	3.481.670,95	11.875.533,58	269.058,62	741.592,28	399.576,06	17.392.431,49
Amortizações acumuladas a 01/01/2012	-	(1.754.491,20)	(9.696.599,77)	(224.723,72)	(687.383,32)	(181.630,39)	(12.544.828,40)
Quantia escriturada a 01/01/2012	625.000,00	1.727.179,75	2.178.933,81	44.334,90	54.208,96	217.945,67	4.847.603,09
Aquisições	-	-	83.141,91	75.994,73	40.282,06	-	199.418,70
	625.000,00	1.727.179,75	2.262.075,72	120.329,63	94.491,02	217.945,67	5.047.021,79
Gastos com depreciações	-	(77.051,88)	(627.885,82)	(35.393,92)	(16.906,39)	(19.577,76)	(776.815,77)
Abates	-	-	(582.646,50)	-	-	-	(582.646,50)
Alienações	-	-	(70.000,00)	(41.135,40)	-	-	(111.135,40)
Transferências	-	-	-	-	-	15.006,34	15.006,34
	625.000,00	1.650.127,87	981.543,40	43.800,31	77.584,63	213.374,25	3.591.430,46
Quantia escriturada bruta a 31/12/2012	625.000,00	3.481.670,95	11.306.028,99	303.917,95	781.874,34	414.582,40	16.913.074,63
Amortizações acumuladas a 31/12/2012	-	(1.831.543,06)	(9.701.876,35)	(222.982,11)	(704.289,58)	(201.208,17)	(12.661.899,27)
Quantia escriturada a 31/12/2012	625.000,00	1.650.127,89	1.604.152,64	80.935,84	77.584,76	213.374,23	4.251.175,36

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis e em curso	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2013	625.000,00	3.481.670,95	11.306.028,89	303.917,95	781.874,34	414.582,50	16.913.074,63
Amortizações acumuladas a 01/01/2013	-	(1.831.543,06)	(9.701.876,35)	(222.982,11)	(704.289,58)	(201.208,17)	(12.661.899,27)
Quantia escriturada a 31/12/2012	625.000,00	1.650.127,89	1.604.152,54	80.935,84	77.584,76	213.374,33	4.251.175,36
Aquisições	-	-	88.392,38	-	3.485,64	216.225,01	308.103,03
Abates	-	-	(867.736,54)	(46.536,35)	(303,77)	-	(914.576,66)
Alienações	-	-	(1.416.309,72)	-	-	-	(1.416.309,72)
Transferências	-	-	22.525,06	-	-	(138.508,27)	(115.983,21)
Reclassificações de (para) propriedades de investimento ou inventários	-	(109.651,73)	-	-	-	-	(109.651,73)
Outros	-	-	(180,91)	-	-	-	(180,91)
	625.000,00	3.372.019,22	9.132.719,16	257.381,60	785.056,21	492.299,24	14.664.475,43
Gastos com depreciações	-	(77.051,87)	(403.023,43)	(30.349,27)	(29.718,71)	(23.630,69)	(563.773,97)
Abates	-	-	867.736,54	45.703,02	303,77	-	913.743,33
Alienações	-	-	1.405.783,96	-	-	-	1.405.783,96
Reclassificações de (para) propriedades de investimento ou inventários	-	37.281,52	-	-	-	-	37.281,52
Outros	-	-	(4.333,26)	-	-	-	(4.333,26)
	625.000,00	(1.871.313,41)	(7.835.712,54)	(207.628,36)	(733.704,52)	(224.838,86)	(10.873.197,69)
Quantia escriturada bruta a 31/12/2013	625.000,00	3.372.019,22	9.132.719,16	257.381,60	785.056,21	492.299,24	14.664.475,43
Amortizações acumuladas a 31/12/2013	-	(1.871.313,41)	(7.835.712,54)	(207.628,36)	(733.704,52)	(224.838,86)	(10.873.197,69)
Quantia escriturada a 31/12/2013	625.000,00	1.500.705,81	1.297.006,62	49.753,24	51.351,69	267.460,38	3.791.277,74

Os gastos com depreciações acima identificados no montante de 559.749,19 Eur (2012: 776.815,77Eur) encontram-se registadas na rubrica de gastos / reversões de depreciação e amortização.

Vida útil

Apresenta-se abaixo as vidas úteis estimadas e a taxa de depreciação do exercício dos activos fixos tangíveis amortizados de acordo com o método da linha recta.

	<u>Intervalo de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	[25 a 50 anos]
Equipamento básico	[5 a 7 anos]
Equipamento de transporte	[4 a 5 anos]
Equipamento administrativo	[3 a 10 anos]
Outros activos fixos tangíveis	[3 a 10 anos]

Activos fixos tangíveis em locação financeira

Os activos abaixo indicados foram adquiridos por meio de um contrato de locação financeira (ver nota 7)

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Valor bruto	602.367,81	562.967,81	486.973,08
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	275.771,19	172.769,72	79.942,22
Valor líquido	326.596,62	390.198,09	407.030,86
Equipamento básico	498.116,00	458.716,00	458.716,00
Equipamento de transporte	104.251,81	104.251,81	28.257,08
Valor bruto	602.367,81	562.967,81	486.973,08

8. Locações

Locações financeiras (como locatário)

A quantia escriturada líquida dos activos detidos sob contratos de locação financeira é como indicada abaixo.

	31/12/2013			31/12/2012		
	Quantia escriturada bruta	Amortização / perdas de imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Quantia escriturada bruta	Amortização / perdas de imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	602.367,81	285.096,39	317.271,42	562.967,81	172.769,72	390.198,09
	602.367,81	285.096,39	317.271,42	562.967,81	172.769,72	390.198,09

A Empresa assumiu uma posição de locatária em contratos de locação financeira relacionados com os activos acima indicados.

Os contratos de locação encontram-se denominados exclusivamente em Euros.

Apresenta-se de seguida a reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente.

	31/12/2013	31/12/2012
	Pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos
Não mais de um ano	98.672,74	112.285,00
Mais de um ano e não mais de cinco anos	114.168,00	176.498,00
	212.840,74	288.783,00

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, não foram reconhecidos quaisquer gastos relacionados com rendas contingentes relativas a contratos de locação financeira.

Locações operacionais (como locatário)

A Empresa assumiu uma posição de locatária num contrato de locação operacional de um equipamento no exercício de 2013.

	31/12/2013	31/12/2012
Não mais de um ano	18.283,32	-
Mais de um ano e não mais de cinco anos	59.420,79	-
	77.704,11	-

9. Custos de Empréstimos Obtidos

O custo de empréstimos obtidos nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como se apresenta abaixo.

	31/12/2013	31/12/2012
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	116.582,16	123.872,13
Juros de contratos de locação financeira	8.568,59	9.189,27
Diferenças de câmbio desfavoráveis (favoráveis) relativas a actividade operacional	862,79	2.705,37
	126.013,54	135.766,77

10. Propriedade de investimento

Em 2013 a empresa transferiu um edifício registado como Imobilizado Tangível para Propriedades de Investimento por estar disponível para arrendamento.

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Terrenos e recursos naturais	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-
Outras propriedades de investimento	72.370,22	-	-
Total	72.370,22	-	-
Propriedades detidas para obtenção de rendas	72.370,22	-	-
Propriedades detidas para valorização de capital	-	-	-
Total	72.370,22	-	-

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Propriedades de investimento em curso	Total
Quantia escriturada a 31/12/2012	-	-	-	-	-
Transferências de (para) activos fixos tangíveis	-	-	109.651,74	-	109.651,74
Depreciações	-	-	(37.281,51)	-	(37.281,51)
Quantia escriturada a 31/12/2013	-	-	72.370,23	-	72.370,23
Justo valor estimado	-	-	75.000,00	-	75.000,00

O Justo Valor estimado foi calculado com base na avaliação efectuada em 2009 e 2010 por um perito avaliador inscrito na CMVM e confirmado por uma avaliação independente da Caixa Geral de Depósitos em 2013.

Vida útil

Apresenta-se abaixo as vidas úteis estimadas e a taxa de depreciação do exercício dos activos propriedade de investimento, amortizados de acordo com o método da linha recta.

	Intervalo de vida útil
Terrenos e recursos naturais	[10 a 50 anos]
Edifícios e outras construções	[5 a 50 anos]
Outras propriedades de investimento	[5 a 50 anos]
Propriedades de investimento em curso	[5 a 50 anos]

11. Imparidade de activos

A empresa considera que não existe perda de imparidade dos Activos.

12. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de inventários apresenta a seguinte composição.

	31/12/2013		31/12/2012		Quantia líquida escriturada
	Quantia bruta escriturada	Perdas por imparidade	Quantia bruta escriturada	Perdas por imparidade	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	418.226,25	-	418.226,25	393.345,97	393.345,97
Produtos e trabalhos em curso	148.270,00	-	148.270,00	182.335,84	182.335,84
Produtos acabados	88.767,00	-	88.767,00	80.153,04	80.153,04
Mercadorias	24.606,82	-	24.606,82	23.110,62	23.110,62
	679.870,07	-	679.870,07	678.945,47	678.945,47

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 é como apresentado abaixo.

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo a 01/01/2012	485.042,58	35.878,45	520.921,03
Aquisições no exercício	2.630.027,71	280.450,63	2.910.478,34
Regularizações no exercício	(3.825,00)	3.885,00	60,00
Saldo a 31/12/2012	393.345,97	23.110,62	416.456,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.717.899,32	297.103,46	3.015.002,78
Saldo a 01/01/2013	393.345,97	23.110,62	416.456,59
Aquisições no exercício	2.704.550,87	202.111,70	2.906.662,57
Regularizações no exercício	5.942,39	(1.283,07)	4.659,32
Saldo a 31/12/2013	418.226,25	24.606,82	442.833,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.685.612,98	199.332,43	2.884.945,41

Variação nos inventários da produção

A variação nos inventários da produção é como apresentada abaixo.

	Produtos e trabalhos em curso		Total
	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados	
Saldo a 01/01/2012	172.007,84	21.039,04	193.046,88
Saldo a 31/12/2012	182.335,84	80.153,04	262.488,88
Variação nos inventários da produção	10.328,00	59.114,00	69.442,00
Saldo a 01/01/2013	182.335,84	80.153,04	262.488,88
Regularizações no exercício	0,96	-	0,96
Saldo a 31/12/2013	148.270,00	88.767,00	237.037,00
Variação nos inventários da produção	(34.066,80)	8.613,96	(25.452,84)

13. Rédito

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como apresentado abaixo.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Rédito derivado da venda de bens		
Mercadorias	227.514,73	387.329,12
Produtos Acabados	6.140.661,00	5.875.534,28
Subprodutos e desperdícios	50.918,98	63.022,01
Rédito derivado da prestação de serviços	<u>35.909,02</u>	<u>5.136,06</u>
	<u>6.455.003,73</u>	<u>6.331.021,47</u>

O rédito decorrente foi obtido de nos seguintes mercados geográficos.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Rédito derivado da venda de bens		
Mercado Nacional	5.509.384,57	5.614.753,53
Mercado Comunitário	791.870,77	611.431,39
Mercado Extra-Comunitário	117.839,37	104.836,55
Rédito derivado da prestação de serviços		
Mercado Nacional	27.000,00	-
Mercado Comunitário	-	-
Mercado Extra-Comunitário	<u>8.909,02</u>	<u>-</u>
	<u>6.455.003,73</u>	<u>6.331.021,47</u>

14. Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

A empresa em conjunto com outras três empresas do sector, foram alvo de uma inspecção por parte da autoridade da concorrência, e condenadas por alegadas práticas restritivas da concorrência, pelo que tem actualmente um processo judicial em curso.

A empresa não constituiu nenhuma provisão por ser sua convicção e do seu advogado que o processo em causa será resolvido a favor da Litho Formas.

Com excepção do processo referido acima, a Litho Formas não tem conhecimento de qualquer processo em que seja parte.

15. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A Litho Formas não tem nenhum subsídio do governo. No entanto a empresa beneficiou de uma taxa de juro bonificada no empréstimo do Prime Invest IV de 1,125% e de 2,75% do Prime Invest VI.

16. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Empresa reconheceu em resultados as seguintes diferenças de câmbio.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Diferenças de cambio desfavoráveis	862,79	2.705,37
Diferenças de câmbio favoráveis	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>862,79</u>	<u>2.705,37</u>

17. Acontecimentos Após a Data do Balanço

A empresa não tem conhecimento de nenhum facto que possa influenciar ou alterar os resultados após a data de fecho do Balanço.

Tendo em conta a comunicação ao mercado após a Assembleia-Geral Extraordinária de 29 de Agosto de 2011, que dava conta de uma proposta de reorganização da Sociedade com vista à consolidação da actividade com a Contiforme, cabe-nos informar que se mantém o bom relacionamento de parceria com aquela Entidade, não se prevendo por enquanto alterações da estrutura accionista da litho formas.

18. Imposto Sobre o Rendimento

Os principais componentes de gasto (rendimento) de impostos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são como apresentados abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto corrente		
Gasto (rendimento) por impostos correntes	8.802,50	23.458,99
	8.802,50	23.458,99
Impostos diferidos		
A quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias	(33.014,42)	(33.905,06)
com a origem e reversão de diferenças temporárias	(33.014,42)	(33.905,06)
Imposto sobre o rendimento do periodo	(24.211,92)	(10.446,07)
Do qual		
Reconhecido em resultados	(24.211,92)	(10.446,07)

Apresenta-se de seguida a reconciliação entre o resultado contabilístico do exercício multiplicado pela taxa de imposto e o montante do gasto (rendimento) de imposto no exercício.

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Resultado antes de imposto	2.944,19	100,0%	(662.736,58)	100,0%
Taxa de imposto do exercício	26,5%	26,5%	25,0%	25,0%
Imposto esperado à taxa do exercício	780,21	26,5%	(165.684,15)	25,0%
Efeito das diferenças permanentes	2.959,55	100,5%	-	-
Utilização do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	(617,41)	(21,0%)	-	-
Utilização de Prejuízos Fiscais	(2.646,06)	(89,9%)	-	-
Efeito das diferenças temporárias	(33.014,42)	(1.121,3%)	(33.905,06)	(1.151,6%)
Tributações autónomas	8.326,21	282,8%	23.458,99	796,8%
Gasto com impostos sobre o rendimento / Taxa efectiva de imposto	(24.211,92)	(822,4%)	(10.446,07)	(329,8%)

Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis e ou benefícios fiscais reportáveis ascendem a (3.653.328,47) Eur . A data limite para a utilização desses créditos fiscais é como apresentada abaixo:

	Montante	Exercício de expiração
Prejuízos fiscais		
2008	(1.119.304,77)	2014
2009	(386.689,39)	2015
2010	(549.952,52)	2014
2011	(1.058.459,32)	2015
2012	(553.034,76)	2016
Benefícios fiscais		
2013	14.112,29	-
	(3.653.328,47)	

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2013 o detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos é como apresentado abaixo:

Activos e passivos por imposto diferido reconhecidos	31/12/2013		31/12/2012	
	Activos por imposto diferido	Passivos por imposto diferido	Activos por imposto diferido	Passivos por imposto diferido
Diferenças temporárias decorrentes de mensuração de justo valor		(9.614,26)		(19.228,52)
Imposto Diferido Passivo " terreno e do complexo industrial"	-	(432.090,72)	-	(455.490,88)
	-	(441.704,98)	-	(474.719,40)

Por considerar que não existem expectativas razoáveis da geração de lucros fiscais futuros, a empresa não reconheceu activos por imposto diferido resultantes de diferenças temporárias dedutíveis, nos montantes abaixo:

Activos por imposto diferido não reconhecidos	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízos fiscais reportáveis	840.265,55	953.199,50
	840.265,55	953.199,50

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000 inclusive e cinco anos a partir de 2002), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa do ano de 2009 estão sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

A empresa tem garantias bancárias no valor de 1.000.000,00 euros, prestadas às seguintes entidades:

Lisgarante	625.000
Torraspapel	250.000
Soporcel	100.000
Prado	25.000

19. Instrumentos Financeiros

Categorias de activos e passivos financeiros

Na data de relato, as principais categorias de activos e passivos financeiros são como apresentadas abaixo:

	31/12/2013				31/12/2012			
	Mensurados ao justo valor por resultados	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	Total	Mensurados ao justo valor por resultados	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	Total
Activos não correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações financeiras - outros métodos	-	20.000,00	-	20.000,00	-	20.000,00	-	20.000,00
	-	20.000,00	-	20.000,00	-	20.000,00	-	20.000,00
Activos correntes								
Clientes	-	1.503.723,43	-	1.503.723,43	-	1.305.437,10	-	1.305.437,10
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	10.578,40	-	10.578,40
Outras contas a receber	-	36.684,52	-	36.684,52	-	42.026,96	-	42.026,96
Activos financeiros detidos para negociação	10.473,99	-	-	10.473,99	127.419,80	-	-	127.419,80
	10.473,99	1.540.407,95	-	1.550.881,94	127.419,80	1.358.042,46	-	1.485.462,26

	31/12/2013			31/12/2012		
	Mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Mensurados ao custo amortizado	Total	Mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos não correntes						
Financiamentos obtidos	-	1.044.198,26	1.044.198,26	-	1.246.743,00	1.246.743,00
	-	1.044.198,26	1.044.198,26	-	1.246.743,00	1.246.743,00
Passivos correntes						
Fornecedores	-	1.245.885,22	1.245.885,22	-	1.234.954,68	1.234.954,68
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	763,22	763,22
Financiamentos obtidos	-	1.159.041,84	1.159.041,84	-	1.430.940,00	1.430.940,00
Outras contas a pagar	-	269.479,59	269.479,59	-	270.361,15	270.361,15
	-	2.674.406,65	2.674.406,65	-	2.937.019,05	2.937.019,05

Activos financeiros para os quais tenha sido reconhecida imparidade

Na data de relato, o detalhe por classe de activo dos activos financeiros em que foi reconhecida imparidade é como se segue.

	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo / custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada	Custo / custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada
Activos correntes						
Clientes	1.844.470,64	(340.747,21)	1.503.723,43	1.652.769,46	(347.332,36)	1.305.437,10
	1.844.470,64	(340.747,21)	1.503.723,43	1.652.769,46	(347.332,36)	1.305.437,10

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foram reconhecidas perdas por imparidade em dívidas a receber no montante de 59.667,28 Eur e verificou-se a reversão de 45.823,85 Eur relativos a recebimentos de clientes que tinham sido ajustados em exercícios anteriores.

Activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor

Os instrumentos financeiros que são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

- Nível 1 O justo valor é determinado com base em preços de mercado activos.
- Nível 2 Restantes activos e passivos financeiros (excluindo instrumentos derivados) – modelos de valorização geralmente aceites, baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando, tanto quanto possível, informação de mercado observável, sendo ajustados por referência a transacções de mercado recentes.
- Nível 3 Instrumentos derivados não cotados em mercado activos e líquidos – (a) modelos de valorização de opções para opções; (b) modelos baseados em fluxos de caixa descontados com recurso a “yield curves” apropriadas à duração dos instrumentos, no caso de forwards e swaps.

O justo valor dos activos e passivos financeiros determinados por recurso a modelos de valorização teve por base a cotação em mercado regulamentado.

O detalhe da forma de determinação dos justos valores dos activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor por resultados é conforme se segue:

	31/12/2013				31/12/2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros								
Activos detidos para negociação	10.473,99	-	-	10.473,99	127.419,80	-	-	127.419,80
	10.473,99	-	-	10.473,99	127.419,80	-	-	127.419,80

Financiamentos obtidos

Na data de relato o detalhe dos financiamentos obtidos é como apresentado abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos bancários	934.045,18	1.059.575,17	1.070.245,00	1.318.655,00
Locações financeiras	110.153,08	99.466,67	176.498,00	112.285,00
	1.044.198,26	1.159.041,84	1.246.743,00	1.430.940,00

As principais características dos financiamentos obtidos são como apresentadas abaixo:

Contrato	Plafond	Maturidade	Taxa juro	Montante em dívida		Notas
				Corrente	Não corrente	
PME Invest IV	750.000	dez/15	1,188%	248.200	248.200	
PME Invest IV	250.000	jan/16	1,188%	62.500	104.167	
PME Invest VI	1.000.000	jun/17	2,938%	125.000	462.928	
Contrato Mutuo	70.000	mai/14	5,688%	70.000	-	
Contrato Mutuo	193.750	jun/16	5,688%	75.000	118.750	
Conta Corrente	200.000	dez/14	7,188%	162.500	-	
Conta Corrente	350.000	dez/14	5,188%	316.375	-	
Leasing Financeiro Veiculo Mercadorias	28.257	mai/14	1,938%	3.556	-	
Leasing Financeiro Veiculo Ligeiros	28.465	nov/14	1,938%	6.185	-	
Leasing Financeiro Equipamento Galaxie	199.500	jul/15	1,188%	40.199	24.386	
Leasing Financeiro Equipamento Konica	173.716	ago/15	5,500%	24.363	18.990	
Leasing Financeiro Compressor	17.200	dez/16	5,938%	3.310	7.241	
Leasing Financeiro Veiculo Ligeiros	24.999	jun/17	5,938%	3.813	11.137	
Leasing Financeiro Veiculo Ligeiros	16.600	jun/17	5,938%	2.574	6.939	
Leasing Financeiro Veiculo Ligeiros	25.000	jul/17	5,938%	3.814	11.525	
Leasing Financeiro Veiculo Ligeiros	12.501	jul/17	5,188%	2.029	3.517	
Leasing Financeiro Equipamento DI 950	23.369	jul/17	5,803%	5.444	13.609	
Leasing Financeiro Equipamento Marque TD	20.000	ago/17	5,825%	4.179	12.808	

A maturidade dos empréstimos mais locações financeiras, classificados como não corrente é como apresentada abaixo:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Exercício de 2014	-	-	-	731.273,00	33.807,00	765.080,00
Exercício de 2015	582.433,97	29.133,60	611.567,57	322.857,00	24.790,00	347.647,00
Exercício de 2016	336.184,10	20.623,96	356.808,06	185.907,00	20.820,00	206.727,00
Exercício de 2017	125.580,19	9.240,94	134.821,13	6.707,00	500,00	7.207,00
	1.044.198,26	58.998,50	1.103.196,76	1.246.744,00	79.917,00	1.326.661,00

Elementos de rendimentos, gastos, ganhos e perdas

	31/12/2013		31/12/2012	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Activos financeiros mensurados ao justo valor por resultados				
Aplicação do justo valor	-	-	-	-
Alienações de Activos ao justo valor	456,88	(2.326,36)	121.829,09	(8.309,39)
	456,88	(2.326,36)	121.829,09	(8.309,39)
Dividendos	877,75	-	16.246,79	-
	1.334,63	(2.326,36)	138.075,88	(8.309,39)

Riscos relativos a instrumentos financeiros

As actividades da Empresa expõem-na a uma variedade de factores de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo fundamentalmente risco de preço, risco de taxa de juro e risco cambial), risco de crédito e risco de liquidez. A empresa mantém um programa de gestão do risco, focado na análise dos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

Risco de crédito

Os activos financeiros detidos pela Empresa expostos ao risco de crédito são como apresentados abaixo:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Quantia bruta escriturada	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada	Quantia bruta escriturada	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada
Dividas em incumprimento						
Reclamadas judicialmente	340.747,21	340.747,21	-	347.332,36	347.332,36	-
Até 6 meses	356.749,94	-	356.749,94	377.704,30	-	377.704,30
Entre 6 a 12 meses	10.671,94	-	10.671,94	10.876,86	-	10.876,86
Entre 12 a 18 meses	-	-	-	-	-	-
Entre 18 e 24 meses	7.179,13	-	7.179,13	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Dividas não vencidas	1.165.806,94	-	1.165.806,94	969.409,36	-	969.409,36
Dividas sem maturidade definida	-	-	-	-	-	-
	1.881.155,16	340.747,21	1.540.407,95	1.705.322,88	347.332,36	1.357.990,52
Das quais registadas na rubrica de						
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-
Clientes	1.844.470,64	-	-	1.652.769,46	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	10.578,40	-	-
Outras contas a receber	36.684,52	-	-	42.026,96	-	-

Risco de liquidez

A maturidade contratual das dívidas a pagar são como se apresenta a seguir.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dividas vencidas		
Até 3 meses	-	-
Dividas não vencidas		
A vencer até 3 meses	1.517.214,46	1.525.507,25
A vencer entre 3 a 12 meses	1.157.772,36	1.430.940,00
A vencer entre 1 a 5 anos	1.043.618,09	1.246.743,00
Dividas sem maturidade definida	<u>19.428,20</u>	<u>-</u>
	<u>3.738.033,11</u>	<u>4.203.190,25</u>
Das quais registadas na rubrica de		
Financiamentos obtidos	2.203.240,10	2.677.683,00
Outras contas a pagar	269.479,59	270.361,15
Fornecedores	1.245.885,22	1.235.717,90
Adiantamentos de clientes	-	-
Accionistas/sócios	<u>19.428,20</u>	<u>19.428,20</u>
	<u>3.738.033,11</u>	<u>4.203.190,25</u>

A relação entre a maturidade contratual dos activos e passivos financeiros é como apresentada abaixo:

	<u>31/12/2013</u>			<u>31/12/2012</u>		
	Activos financeiros	Passivos financeiros	Valor líquido	Activos financeiros	Passivos financeiros	Valor líquido
Dividas vencidas	337.916,49	-	337.916,49	388.581,16	-	388.581,16
A vencer até 3 meses	1.165.806,94	1.517.214,46	(351.407,52)	952.409,36	1.525.507,25	(573.097,89)
A vencer entre 3 a 12 meses	-	1.157.772,36	(1.157.772,36)	-	1.430.940,00	(1.430.940,00)
A vencer entre 1 a 5 anos	-	1.043.618,09	(1.043.618,09)	-	1.246.743,00	(1.246.743,00)
Dividas sem maturidade definida	-	19.428,20	(19.428,20)	-	-	-
	<u>1.503.723,43</u>	<u>3.738.033,11</u>	<u>(2.234.309,68)</u>	<u>1.340.990,52</u>	<u>4.203.190,25</u>	<u>(2.862.199,73)</u>

Os prazos médios, de recebimento, quer de pagamentos são cerca de 90 dias.

Risco de taxa de câmbio

Os instrumentos financeiros detidos pela empresa encontram-se titulados nas seguintes moedas:

	<u>31/12/2013</u>			<u>31/12/2012</u>		
	Activos financeiros	Passivos financeiros	Valor líquido	Activos financeiros	Passivos financeiros	Valor líquido
Euros (EUR)	1.563,83	-	1.563,83	18.204,25	-	18.204,25
Doláres dos Estados Unidos (USD)	8.910,16	-	8.910,16	109.215,55	-	109.215,55
Libra Estrelina (GBP)	-	-	-	-	-	-
	<u>10.473,99</u>	<u>-</u>	<u>10.473,99</u>	<u>127.419,80</u>	<u>-</u>	<u>127.419,80</u>

Instrumentos de capital próprio

O capital social emitido pela Empresa apresenta a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Capital social	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
	<u>2.500.000,00</u>	<u>2.500.000,00</u>	<u>2.500.000,00</u>
Acções próprias em carteira	-60.504,99	-60.504,99	-60.504,99
Prémios (descontos) na emissão de acções	11.932,49	11.932,49	11.932,49
	<u>2.451.427,50</u>	<u>2.451.427,50</u>	<u>2.451.427,50</u>

Na data de relato o número de acções representativas do capital social da entidade, as respectivas categorias e o seu valor nominal são como apresentados abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Valor	N.º de	Valor	N.º de acções	Valor nominal	N.º de acções
Acções	5,00	500.000	5,00	500.000	5,00	500.000

20. Benefícios dos Empregados, Pessoas ao Serviço e Gastos com Pessoal

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a Empresa incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

	31/12/2013	31/12/2012
Remunerações dos órgãos sociais	63.179,95	59.553,50
Remunerações do pessoal	1.430.708,40	1.387.899,74
Indemnizações	18.000,00	219.455,35
Encargos sobre remunerações	276.474,33	275.507,89
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	10.038,66	15.530,14
Gastos de acção social	1.379,01	1.826,02
Formação	1.564,00	14.511,32
Outros	-	100,00
	<u>1.801.344,35</u>	<u>1.974.383,96</u>

21. Outras divulgações

Certificação Legal de Contas	9.312 euros
Assistência Fiscal	4.284 euros
Despesas deslocações	380 euros

A empresa não tem dívidas em mora ao estado e tem sua situação regularizada com a segurança social.

22. Participações financeiras

Apresenta-se abaixo a reconciliação entre a quantia líquida escriturada no início e final do período das participações financeiras detidas pela Empresa.

	Ao metodo da equivalencia patrimonial		Ao metodo do custo	
	Ao justo valor		Total	
Quantia bruta escriturada inicial	-	-	20.000,00	20.000,00
Quantia líquida escriturada inicial	-	-	20.000,00	20.000,00
Outras aquisições	-	-	-	-
Outros movimentos do período	-	-	2,94	2,94
Quantia líquida escriturada final	-	-	2,94	2,94
Quantia bruta escriturada final	-	-	20.002,94	20.002,94

23. Adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber

O detalhe das rubricas de balanço de adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber é como apresentado abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamentos a fornecedores		
Fornecedor de Imobilizado	-	10.578,40
	-	10.578,40
Outras contas a receber		
Acréscimo de rendimentos	26.486,09	22.035,18
Outros devedores	10.198,43	19.991,78
	36.684,52	42.026,96

24. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição.

	31/12/2013		31/12/2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Retenções na fonte	147,74	25.087,00	-	18.343,48
Pagamento por conta				-
Pagamento especial por conta	62.804,96		87.621,26	-
Estimativa de imposto		8.802,50		23.458,99
Imposto sobre o valor acrescentado				
Conta corrente		122.213,51		64.958,84
Contribuições para sistemas de protecção social		56.827,39		60.002,82
Outras taxas e tributos		3,18		-
	62.952,70	212.933,58	87.621,26	166.764,13

25. Reservas legais e outras e excedentes de revalorização

Na data de relato, as rubricas de reservas legais e outras e excedentes de revalorização apresentam a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Reservas legais	315.099,89	315.099,89	315.099,89
Outras reservas			
Reservas Livres	909.595,69	909.595,69	909.595,69
	1.224.695,58	1.224.695,58	1.224.695,58

26. Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar

O detalhe das rubricas de balanço de adiantamentos de clientes e outras contas a pagar é como apresentado abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Outras contas a pagar		
Pessoal	936,94	1.231,52
Fornecedores de investimentos	37.592,54	25.564,02
Acréscimo de gastos	224.231,48	225.344,62
Clientes saldos credores	5.642,06	-
Outros credores	1.076,57	18.220,89
	<u>269.479,59</u>	<u>270.361,05</u>

27. Diferimentos

Na data de relato a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Diferimentos activos		
Seguros	7.622,45	10.237,79
Renda antecipada	-	3.764,55
	<u>7.622,45</u>	<u>14.002,34</u>
Diferimentos passivos		
Facturação antecipada	-	8.639,10
	<u>-</u>	<u>8.639,10</u>

28. Fornecimentos e serviços externos

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 relativamente à rubrica de fornecimentos e serviços externos são como apresentados abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Subcontratos	232.541,24	364.947,31
Trabalhos especializados	58.012,80	65.294,76
Publicidade e propaganda	3.850,42	4.951,60
Honorários	92.667,27	36.769,49
Comissões	11.708,36	7.147,40
Conservação e reparação	237.834,28	230.928,21
Material de escritório	4.929,01	7.298,31
Electricidade	138.451,90	156.485,40
Com bustíveis	30.700,73	34.577,54
Água	6.404,39	7.378,25
Deslocações e estadas	63.900,70	49.364,47
Transportes de mercadorias	109.930,10	113.266,50
Rendas e alugueres	20.431,74	32.988,78
Com unificação	25.272,99	26.366,23
Seguros	23.930,95	23.007,77
Contencioso e notariado	2.753,57	6.262,03
Despesas de representação	3.986,48	7.930,69
Limpeza Higiene e Conforto	8.367,93	6.354,61
Ferramentas e utensilios de desgaste rápido	29.114,87	15.278,32
Livros e Documentação Técnica	55,87	151,95
Artigos para Oferta	656,78	-
Outros fornecimentos e serviços externos	95.486,95	89.109,39
	<u>1.200.989,33</u>	<u>1.285.859,01</u>

29. Depreciações de activos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o resumo dos gastos com depreciações de activos é como apresentado abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Activos fixos tangíveis (Nota 7)	578.736,27	776.815,77
	578.736,27	776.815,77

30. Variações de justo valor

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o resumo das variações de justo valor é como apresentado abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Ganhos (perdas) de justo valor em instrumentos financeiros (Nota 19)	(15.078,51)	5.073,52
	(15.078,51)	5.073,52

31. Outros rendimentos e ganhos

Na data de relato a rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Rendimentos suplementares	51.462,79	8.361,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	335,10	1.280,69
Ganhos em inventários	4.659,32	12.982,62
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	456,88	121.829,09
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	192.663,96	-
Outros rendimentos financeiros	40.640,75	2.791,00
Outros	-	15.787,34
	290.218,80	163.031,74

32. Outros gastos e perdas

Na data de relato a rubrica de outros gastos e perdas apresenta a seguinte composição:

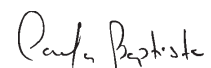
	31/12/2013	31/12/2012
Impostos	(24.701,50)	(24.981,43)
Descontos de pronto pagamento concedidos	(24,84)	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	(2.326,36)	(8.309,30)
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	(16.766,00)
Outros	(70.442,79)	(8.455,36)
	(97.495,49)	(58.512,09)

33. Resultado por acção

O resultado básico e diluído por acção nos exercícios de 2013 e 2012 é como apresentado abaixo:


	31/12/2013	31/12/2012
Resultado líquido do período	27.962,40	(652.290,51)
Número médio ponderado de acções em circulação	487.899	487.899
Resultado básico por acção	0,06	(1,34)

O Técnico Oficial de Contas


Carla Sofia Jesus Baptista

A Administração


Miguel Nuno R. Marques Abranches Pinto


António Assis Nunes

Composição dos Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Benjamim Mendes
Secretária: Carla Sofia Jesus Baptista

Conselho de Administração

Vogal: Miguel Nuno Ramos Abranches Pinto
Vogal: Luís Filipe Gonçalves Pereira
Vogal: António Laurentino Félix Assis Nunes

Conselho Fiscal

Presidente: PKF & Associados, SROC, Lda (Nº 152), efectivo (registada no Registo de Auditores da CMVM sob nº 9005)
Representada por José de Sousa Santos (ROC nº 804) e
Suplente Paulo Jorge Macedo Gamboa (ROC nº 1.068)

Vogal: Claude Maurice Frere
Vogal: Maria João Cunha

Participações no Capital Social

Participações dos membros do Conselho de Administração no Capital da empresa (nos termos do nº 5 do artº 447 C.S.C.

Membros do Conselho de Administração titulares de acções a 31.12.2013

António Laurentino Félix Assis Nunes	3.000
Luís Filipe Gonçalves Pereira	56.110 (*)

(*) – As acções encontram-se averbadas em nome de Forum Villae, Lda,

Participações Qualificadas (artº 20 do C.V.M)

Julia Suzanne Katherina Saalfeld	141.667
Gisela Saalfeld Bruckert	101.000
Fórum Villae, Lda	56.110
Trustworthy	50.182
Raquel de Castro Roque Lourenço Pinheiro	50.000

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **LITHO FORMAS PORTUGUESA – Impressos Contínuos e Múltiplos S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 6.245,13 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.852,45 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 27,16 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Tel +351 213 182 720 | Fax +351 213 146 114 | Email ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha - 4º, Letras H e O | 1050-094 | Lisboa | Portugal
Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social € 50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 9005

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos actos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

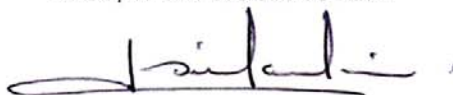
Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **LITHO FORMAS PORTUGUESA – Impressos Contínuos e Múltiplos S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2014



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804)

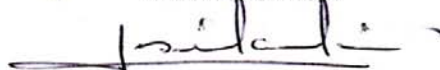
LITHO FORMAS PORTUGUESA – IMPRESSOS CONTÍNUOS E MÚLTIPLOS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2013

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e em harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a actividade da **LITHO FORMAS PORTUGUESA – Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A.** durante o exercício de 2013, tendo procedido às verificações que julgámos convenientes, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. No final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da Empresa e aludindo às operações de maior significado.
3. As Demonstrações Financeiras foram examinadas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que, em consequência, emitiu a Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, documento com o qual concordamos.
4. Face ao exposto, relevando as conclusões da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia-geral Anual aprove:
 - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativos ao exercício de 2013;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2014

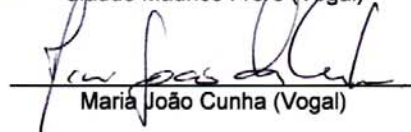
O Conselho Fiscal:



PKF & Associados, SROC, Lda. (Presidente)
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 152
Auditor registado na C.M.V.M. com o n.º 9005
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804)



Claude Maurice Frere (Vogal)



Maria João Cunha (Vogal)

34. Extracto da acta de aprovação de contas

"Entrou-se em seguida no ponto número dois da Ordem de Trabalhos. Como não houve intervenções, foi posta a votação a proposta de Aplicação de Resultados da Administração de levar à conta de Reservas Legais o valor de 1.357,81 (mil trezentos e cinquenta e sete euros e oitenta e um cêntimos) e Resultados Transitados o valor de 25.798,30 (vinte e cinco mil, setecentos e noventa e oito euros e trinta cêntimos), sendo a proposta aprovada por unanimidade."